

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-03-21

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Pinto, P. F. & Matias, A. R. (2018). Trovoada de ideias: Português académico para estudantes dos PALOP. In Viviane Bagio Furtoso (Ed.), *Anais do Simpósio Internacional SIPLE 2017*. (pp. 362-370). Lisboa: SIPLE - Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira.

Further information on publisher's website:

http://www.siple.org.br/images/2019/ANAIS_SIPLE_2017.pdf

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Pinto, P. F. & Matias, A. R. (2018). Trovoada de ideias: Português académico para estudantes dos PALOP. In Viviane Bagio Furtoso (Ed.), *Anais do Simpósio Internacional SIPLE 2017*. (pp. 362-370). Lisboa: SIPLE - Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

TROVOADA DE IDEIAS: PORTUGUÊS ACADÉMICO PARA ESTUDANTES DOS PALOP

Paulo Feytor Pinto

Centro Estudos de Linguística Geral e Aplicada, Universidade de Coimbra (CELGA-ILTEC, UC), Portugal¹⁴⁶

Ana Raquel Matias

Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Universitário de Lisboa (CIES-IUL)

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra (CES-UC), Portugal¹⁴⁷**Resumo**

Neste artigo, apresenta-se um projeto de investigação-ação em didática do português num contexto específico emergente, cujo objetivo é a inclusão académica e social de estudantes de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa no ensino superior português. Partimos de dois diagnósticos aplicados a estudantes e professores, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal e no Instituto Universitário de Lisboa, que confirmaram que o contexto sociolinguístico destes estudantes promove situações inesperadas e ignoradas de incompreensão entre falantes de diferentes variantes do português, potenciando um menor desempenho académico e uma inclusão social mais difícil dos estudantes africanos.

ABSTRACT

This article presents an action-research project on Portuguese language didactics in a specific emerging context, whose objective is the academic and social inclusion of students from Portuguese-speaking African countries in Portuguese higher education. We started with two diagnoses applied to students and teachers at the College of Education of the Setúbal Polytechnic Institute and at the University Institute of Lisbon, which confirmed that the sociolinguistic context of these students promotes unexpected and ignored situations of incomprehension between speakers of different variants of Portuguese language, promoting a lower academic performance and more difficult social inclusion among African students.

Palavras-chave: inclusão académica e social; contextos específicos emergentes; variantes nacionais do português.

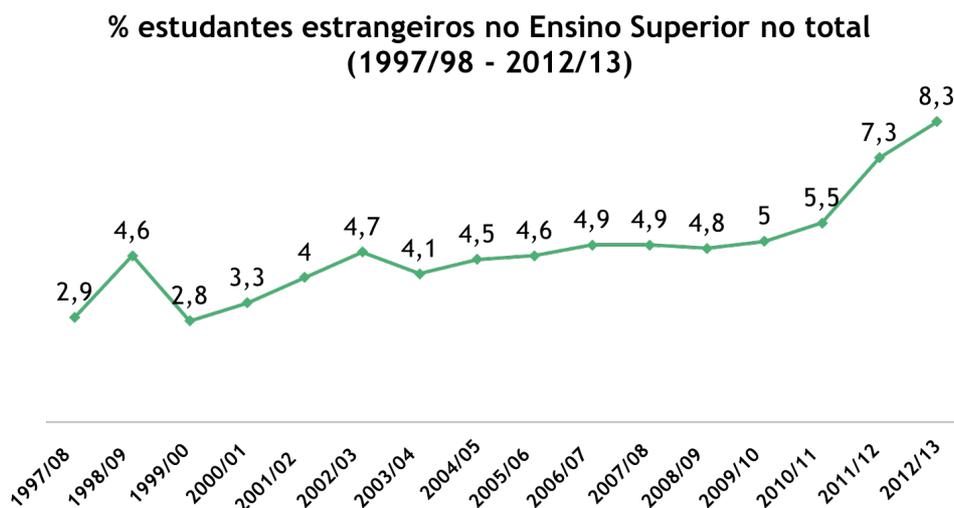
Desde 1975 que no ensino superior (ES) português se observa uma massificação no acesso e uma participação igualmente crescente e diversa de estudantes estrangeiros (ver gráfico 1), resultante da democratização da sociedade portuguesa, e posterior integração na União Europeia iniciada em 1986. O acesso às instituições de ensino superior (IES) conheceu, assim, uma crescente internacionalização a partir de quatro tendências: a) uma cultura pró-internacionalização, na perspetiva da educação global e multicultural; b) programas de cooperação e mobilidade; c) troca e transferência de conhecimentos com e para as economias emergentes, enquanto estímulo ao desenvolvimento económico e humano; e, finalmente d) uma tendência de homogeneização e padronização do ensino, refletindo relações de significativa desigualdade entre o *brain drain* e o *brain gain*.

¹⁴⁶ Contato: feytorpinto@uc.pt

¹⁴⁷ Contato: raquel_matias@iscte-iul.pt

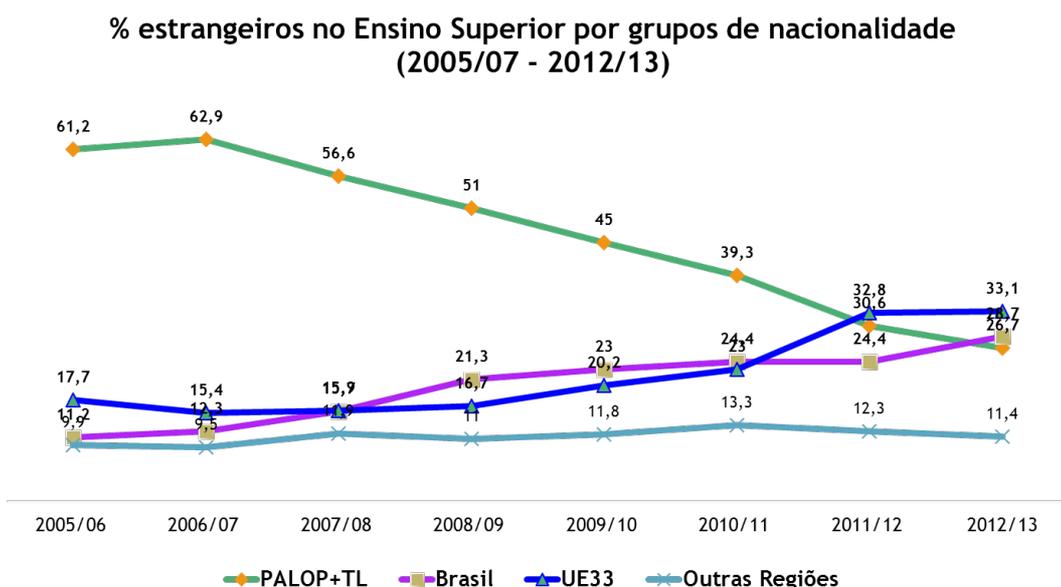
Particularmente entre 1975 e 1999, observa-se um crescimento significativo do número de estudantes originários da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), que atingem números muito consequentes nos três níveis de Ensino Superior (1.º, 2.º e 3.º ciclos), sobretudo dos estudantes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)¹⁴⁸, tornando-se Portugal um dos principais países que os acolhe no ES (Miranda, 2002, citado em Rocha, 2012). Por outro lado, a internacionalização crescente das IES portuguesas tem originado um crescimento correspondente ao nível das origens dos estudantes estrangeiros, levando a uma recente diminuição da proporção relativa dos estudantes dos PALOP no total dos números de estudantes estrangeiros, mesmo se estes últimos continuam a registar um crescimento constante em termos absolutos até à data (ver gráficos 2 e 3).

Gráfico 1



Fonte: Oliveira, Ramos, Ferreira e Gaspar (2015), RED 54, INE

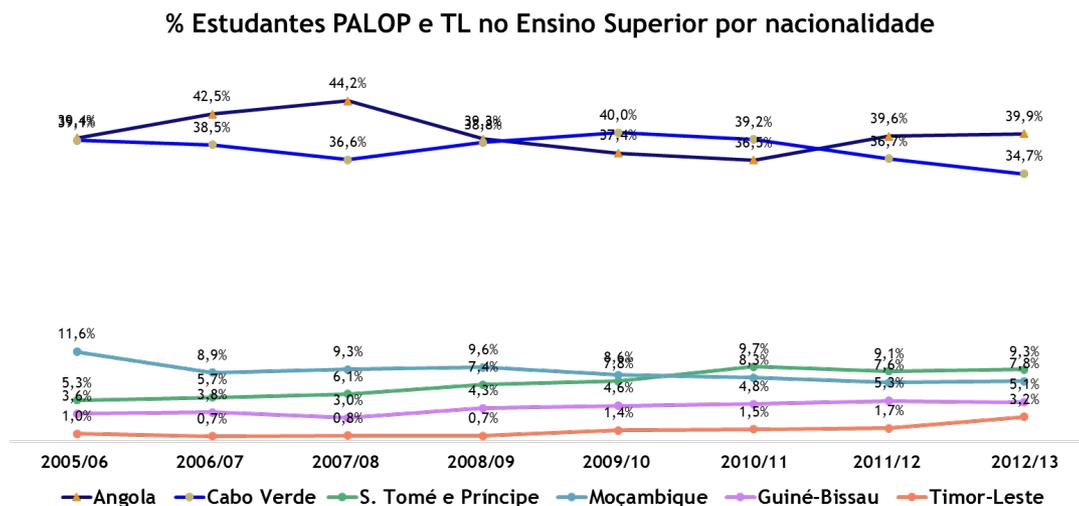
Gráfico 2



Fonte: Oliveira, Ramos, Ferreira e Gaspar (2015), RED 54, INE

¹⁴⁸ Nomeadamente, de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Gráfico 3



Fonte: Oliveira, Ramos, Ferreira e Gaspar (2015), RED 54, INE

Deste modo, as IES portuguesas acolhem estudantes estrangeiros de fora da Europa que falam fluentemente a língua da instituição de acolhimento, detendo a CPLP um papel relevante nesta internacionalização, sendo vários os fatores que têm contribuindo para o crescimento da presença de estudantes oriundos dos seus estados-membros. Na perspetiva do país de acolhimento, temos os regimes especiais de acesso e a evolução do reconhecimento de graus e títulos académicos; na perspetiva dos países de origem, a expansão das IES portuguesas nalguns destes países, e, dada a *vantagem da língua*, as ofertas de mobilidade de estudantes e professores, que visam colmatar a oferta educativa e fomentar a colaboração com o Ensino Superior nos países de origem.

Como primeira consequência desta massificação igualmente visível à escala europeia surge, inevitavelmente, uma maior heterogeneidade de perfis de estudantes, que trazem consigo necessidades e constrangimentos particulares aos seus percursos individuais, cada vez mais diversificados. Face a esta realidade, a igualdade de acesso não poderá resultar nem tem resultado, por si só, em políticas igualitárias justas em termos de sucesso académico de todos os seus estudantes. Aqui, o tratamento igualitário tende, pelo contrário, a invisibilizar a identificação de problemas individuais ou específicos de determinados grupos (Estevão 2001, 2002, citado em Rocha, 2012), ponto central do corrente projeto.

No caso português, os estudantes PALOP são muitas vezes vistos, no seu todo, como não tendo diferenças significativas em termos culturais ou linguísticos em comparação com os seus pares de Portugal, seja por partilharem com os seus colegas uma longa experiência de aprendizagem na língua portuguesa, seja pelo passado histórico comum. Consequentemente, tanto estes estudantes estrangeiros como os seus colegas estudantes, professores e instituições de Ensino Superior tendem a assumir que não existem diferenças relevantes entre estes diferentes grupos de estudantes. A situação sociolinguística deste grupo-alvo é, no entanto, muito específica – são falantes fluentes de uma língua de comunicação mais ampla, mas não da variante nacional utilizada nas IES de acolhimento, o que os torna indetetáveis enquanto aprendizes cujos antecedentes linguísticos e culturais afetam os seus resultados de aprendizagem e integração académica. Deste modo, mesmo quando chegam confiantes sobre a sua proficiência linguística, cedo muitos tendem a enfrentar desafios de (in)compreensão ou, pelo menos, um ambiente linguístico com particularidades exigentes que muitas vezes os impede de satisfazer plenamente as suas necessidades

acadêmicas e sociais. Esta situação implica inesperadas, e muitas vezes ignoradas, áreas de incompreensão entre os estudantes de diferentes terminologias de fluência, frequentemente por se assumir que estes têm a proficiência linguística requerida, situação que, conseqüentemente, poderá potenciar riscos de um menor desempenho acadêmico e uma dificultada inclusão social.

Situações semelhantes têm sido observadas noutros contextos europeus cuja língua do ES é também a língua do ES em países extraeuropeus, levantando questões que vêm chamando a atenção para a necessidade de se repensarem estratégias institucionais mais adequadas. Neste sentido, a estratégia europeia de educação e formação define, entre os seus principais objetivos, a melhoria da qualidade e da eficiência da educação e da formação, bem como a promoção da igualdade, da coesão social e da cidadania ativa (European Commission, 2015). Um dos principais desafios aqui é garantir que todos os estudantes adquiram, efetivamente, competências-chave, sendo necessário prestar especial atenção ao aumento do nível de competências básicas e à consolidação das competências linguísticas. No que se refere especificamente ao ES, a União Europeia (UE) define, assim, como um dos seus objetivos estratégicos para o sector da educação que, até 2020, pelo menos 40% dos adultos entre os 30 e os 34 anos tenham concluído o ensino terciário. Para tal, os sistemas de educação e formação devem garantir que todos os estudantes completem a sua educação, especificando uma especial atenção aos estudantes de origem desfavorecida, aos que têm necessidades especiais, e aos estudantes migrantes.

Em Portugal, justifica-se essa mesma necessidade de estudar estratégias adequadas, sabendo que mais de metade dos estudantes que ingressam no ES manifesta dificuldades de diversas ordens, sobretudo nos casos dos estudantes internacionais (Cunha e Carrilho, 2005, citado em Rocha, 2012). E face à crescente diversidade de perfis e problemas implicados, verifica-se uma tendência geral para a tomada de responsabilização das IES na implementação de estratégias, planos, intervenções e ações que visem o bem-estar dos estudantes a diferentes níveis: psicológico, académico e social (Rocha, 2012). Paralelamente, estudos anteriores têm chamado a atenção para a ainda persistente necessidade de aprofundar, de forma sistemática e estruturada, esse mesmo conhecimento, sobretudo face aos números significativos de insucesso/abandono/desistência entre algumas categorias dos estudantes do ES, demonstrando a importância dos obstáculos vividos por estes estudantes. Aqui, os estudantes oriundos dos PALOP, não sendo os únicos implicados nesta preocupação, têm continuamente constituído um dos grupos que vivem esta realidade. Citaremos apenas alguns destes estudos, realizados nos últimos dez anos enquanto resposta à crescente diversidade de estudantes estrangeiros nas IES portuguesas. A seleção dos estudos referidos caracteriza-se também pela sua ligação específica com o projeto aqui apresentado.

Primeiro, gostaríamos de referir dois projetos que integraram equipas das Universidades de Aveiro e do Algarve, o primeiro em 2008-2013, intitulado "Estudantes Não-Tradicionais no Ensino Superior: Procurar soluções para melhorar o sucesso académico", e o segundo em 2013-2015, sob o nome de "Estudantes Não-Tradicionais no Ensino Superior: Investigar para guiar a mudança institucional" (ambos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, FCT, ver in Almeida, Quintas & Gonçalves 2016). Estes dois estudos tinham entre os seus objetivos compreender em profundidade a situação dos estudantes provenientes dos PALOP, partindo do reconhecimento de que estes têm frequentemente problemas relativamente invisíveis para as IES, como acima referido, que se potenciam enquanto barreiras à plena participação e aprendizagem na sua vida académica, com conseqüências importantes no sucesso das suas aprendizagens. Parece-nos que uma das propostas mais relevantes destes estudos passou exatamente por terem tomado em consideração as perspetivas dos vários atores sociais envolvidos, produzindo recomendações para que as respetivas instituições imprimissem mudanças capazes de melhorar a vida e o sucesso académico destes estudantes. Os seus principais resultados identificaram uma série de barreiras institucionais, tais como questões logísticas que resultam na chegada tardia a Portugal e as diferenças entre os respetivos sistemas educativos, dando ainda

particular destaque às barreiras linguísticas vividas no seu percurso académico em Portugal no que se refere à língua portuguesa na sua variante europeia.

No ISCTE-IUL, Eleonora Silva Rocha elaborou uma tese de mestrado em 2014 intitulada “Avaliação dos processos de integração dos estudantes provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa no ISCTE-IUL”, enquadrada no projeto “Formação Superior e Desenvolvimento: Cooperação Portuguesa nos PALOP” (atual CEI (anterior CEA), no ISCTE-IUL, financiado pela FCT). Partindo dos dados da instituição dos últimos 10 anos, o estudo realça que, por um lado, o número de estudantes dos PALOP não inseridos em protocolos que ingressam anualmente no ISCTE-IUL é esperado como sendo superior ao número de estudantes que vêm ao abrigo de protocolos, revelando assim uma massificação de perfis. Por outro lado, a comparação entre os números dos estudantes à entrada e à saída de cada ciclo revela um hiato significativo que é preciso compreender e sobre o qual se revela importante agir. Por exemplo, no que se refere ao 1.º ciclo, entre 2006/2007 e 2007/08, os estudantes dos PALOP no ISCTE-IUL representavam entre 3% a 4% do total dos estudantes, homens e mulheres, havendo uma predominância das nacionalidades cabo-verdiana (33%) e angolana (28%), sem se refletir em concentrações específicas por áreas de formação oferecidas pelo instituto, nem em grandes diferenças nas taxas de participação entre os diferentes anos do 1.º ciclo. Já nos 2.º e 3.º ciclos, para os quais a autora dispôs de dados um pouco mais alargados, de 2006/07 a 2010/11, registam-se maiores problemas de retenção e insucesso. Assim, no 2.º ciclo, os estudantes dos PALOP representavam entre 5% a 8% do total de (estudantes, homens e mulheres, com uma concentração maior de estudantes cabo-verdianos (43%), mas também moçambicanos (31%) e angolanos (17%), sobretudo em gestão (36%), registando-se uma diminuição significativa dos estudantes até à conclusão do ciclo de mestrado, do 1.º ano (64%) para o 2.º ano (36%). No 3.º ciclo, e apesar da tendência de o número de estudantes inscritos indicar um franco crescimento neste nível elevado de educação superior (de 2% a 9%), os perfis específicos revelam desistências importantes. Falamos, aqui, sobretudo de estudantes angolanos (45%) e moçambicanos (33%), enquanto os cabo-verdianos, maioritários nos ciclos anteriores, registam um número significativamente inferior no 3.º ciclo (15%). Regista-se uma presença substancialmente diminuta de mulheres visto que a larga maioria eram homens (71%), com preferência evidente pelos estudos africanos (43%), gestão empresarial aplicada (16%) e gestão (especialidade G.G.E.D.E., 13%). Observa-se, como já indicado, uma desistência galopante de ano para ano (68% no 1.º ano, 18% no 2.º ano, 11% no 3.º ano, 3% no 4.º ano), o que nos indica um forte impacto na desistência na conclusão dos ciclos doutorais.

Na região de Lisboa realizaram-se dois diagnósticos aplicados a estudantes e professores incluindo questões sobre integração académica e social de estudantes vindos dos PALOP, em duas instituições diferentes: na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal (ESE-IPS) em 2013, e no ISCTE-IUL em 2016¹⁴⁹. Os dois diagnósticos foram realizados pelo coordenador do presente projeto, tendo o segundo (2016) contado com a colaboração da investigadora coautora do atual projeto. Em ambos foi clara a necessidade de produzir e testar materiais para aprofundar as competências de compreensão oral e escrita do português europeu (PE), e na produção de textos exigidos pela atividade académica. No primeiro diagnóstico (2013) avançou-se com uma oficina em formato de experiência-piloto, que decorreu no primeiro semestre de 2013 e contou com a participação de 12 estudantes angolanos e 4 estudantes portugueses, corroborando os resultados do diagnóstico. Foi a partir desta primeira experiência que se decidiu trazer o projeto para o ISCTE-

¹⁴⁹ O segundo foi organizado no ISCTE-IUL por Paulo Feytor Pinto (CELGA/ILTEC/UC, ESES/IPS), Ana Raquel Matias (CIES-IUL/ISCTE-IUL, CES-UC), contando com Pedro Martins (CELGA-ILTEC; CIES-IUL), David Bracke (coordenador de ensino de línguas LLCT/ISCTE-IUL); Romeu Ornelas (LLCT/ISCTE-IUL) e um grupo de estudantes angolanos do ISCTE-IUL.

IUL, e do segundo diagnóstico (2016) surgiu uma Unidade Curricular Optativa (UCo) para 1.º, 2.º. e 3.º. Ciclos *Português Académico para estudantes com origem nos PALOP*¹⁵⁰.

Todos os estudos referidos, e organizações que neles participaram, indicaram que acolhiam um número significativo de estudantes do grupo-alvo do presente projeto (entre 5% a 10%), testemunhando ainda diferentes níveis de (in)compreensão entre os seus estudantes de fluência diversa. Apenas nos casos em que é observável, este facto tem sido sistematicamente indicado como um dos principais fatores explicativos de um menor desempenho académico e de uma dificultada inclusão social do grupo-alvo. As dificuldades abordadas vão desde o baixo entendimento da variante oral utilizada nas IES portuguesas, seja aquela utilizada pelos professores e colegas durante exposições e palestras, seja o desconforto sentido quanto têm de participar em discussões coletivas; mas também por referência à falta de experiência individual em lidar com diferentes géneros textuais, quer ao nível da compreensão como da produção escrita. Igualmente, os estudantes participantes têm testemunhado, no geral, que o principal produto final do presente projeto (a UC que irá agora ter início) seria um instrumento relevante para os capacitar e enfrentar essas disparidades e dificuldades.

Em suma, face à evolução da crescente participação destes alunos no ES português, acompanhada de dados de sucesso que, em termos médios têm sido preocupantes, torna-se imperativo conhecer melhor a realidade dos estudantes do Ensino Superior em mobilidade internacional, para assim delinear estratégias de inclusão e adaptação mais eficazes. Parece-nos evidente que a adaptação dos estudantes ao ES é um processo multifacetado, o que torna crucial uma abordagem multidisciplinar que promova com maior eficácia o desejado sucesso académico. E sabendo que as dificuldades de integração no ES são comuns nos estudantes em geral, independentemente do país ou instituição de ensino, essas mesmas dificuldades são particularmente impactantes para os estudantes estrangeiros, que não só têm de lidar com a integração numa cultura diferente, mas também numa língua que nem sempre dominam e num sistema educativo substancialmente diferente do dos seus países de origem ou de escolarização anterior. De um modo geral, a participação destes estudantes nas IES é assim condicionada por fatores estruturais que nos interessa analisar e sobre os quais desejamos intervir.

Esta aproximação deverá ser pensada ao nível de todo o seu trajeto académico, até à sua saída. De acordo com as iniciativas de crescimento inteligente da UE, os benefícios a longo prazo do presente projeto incluem a redução das disparidades de sucesso entre os estudantes estrangeiros fluentes em variantes extraeuropeias e os seus pares estudantes europeus e, conseqüentemente, a promoção da inclusão académica e social através da igualdade de oportunidades de aprendizagem para o grupo específico de estudantes estrangeiros dos PALOP nas IES portuguesas e europeias. Não menos importante, o corrente projeto permite, pelos seus objetivos, reforçar o desempenho de instituições portuguesas de ES e a sua atratividade internacional na competição global de conhecimento, numa das quatro línguas europeias de comunicação mais ampla no mundo.

O corrente projeto de investigação-ação pretende, deste modo, melhorar o desempenho e o sucesso académico de estudantes do Ensino Superior oriundos dos PALOP, através de uma intervenção linguística e social proposta através da UC em português académico, transversal a qualquer ciclo do Ensino Superior, curso ou área de formação, sob os seguintes pressupostos:

¹⁵⁰ Cocriação entre os autores do presente artigo e Pedro Martins (CELGA-ILTEC; CIES-IUL), sob a coordenação de Teresa Seabra (CIES-IUL, ISCTE/IUL), enquadrado enquanto Unidade Curricular Optativa (*English: Academic Portuguese for Lusophone African Students*) do Laboratório de Línguas e Competências Transversais (LLCT-IUL), Núcleo de Línguas, ISCTE-IUL.

1- Necessidade de reconhecer a diversidade/variação nacional da língua portuguesa, formalmente reconhecida pelo IILP/CPLP em 2011, sendo que em Portugal apenas se reconhecem as variedades do português europeu e brasileiro.

Partimos aqui de uma abordagem que visa uma inclusão multidimensional: linguística, cultural e social, ou seja, que parte do reconhecimento que os estudantes dos PALOP no ES português apresentam uma elevada heterogeneidade de perfis e expectativas, não só ao nível social, económico e cultural, mas também das experiências educativas vividas anteriormente, e dos seus perfis sociolinguísticos (variantes do português, línguas maternas, línguas segundas), como também ao nível dos direitos socioeconómicos e de permanência (Embaixadas, Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Segurança Social, Finanças, mercado de trabalho e apoios sociais).

2- Necessidade de ter em conta as práticas escolares anteriores dos estudantes, de 12 anos de escola em português (L1 ou L2) sob formas muito diferenciadas de desenvolvimento das competências linguístico-comunicativas, comparando países de origem com o país dos estudos universitários.

Pretende-se, deste modo, focar em medidas de integração linguística durante todo o acolhimento, o que significa que colmatar as necessidades referidas no ponto 1 implica reconhecer a diversidade a partir da norma de ensino em Portugal e nos países de origem, assim como a diversidade das diferentes línguas de que os estudantes são portadores, e as vantagens de uma oficina de português académico face a essa diversidade. É aqui objetivo que a complexidade inerente aos perfis sociolinguísticos destes estudantes seja uma mais-valia a ter em conta no seu percurso académico em Portugal, e não como um deficit a colmatar. Os conteúdos e competências da oficina relativos à língua portuguesa são os seguintes: diferenças fonético-fonológicas entre o PE e as variantes africanas do português; léxico e fraseologias do PE; conotação; código oral e escrito; linguagem não-verbal (multimodal); exposição oral formal; debate; textualidade (coerência, coesão e progressão); textualização (planificação, produção, revisão); grafémica; seleção e tratamento de informação; resumo; texto expositivo; texto argumentativo; concordância de pessoa, género e número entre nomes, pronomes, determinantes, adjetivos e verbos; e coesão temporal entre advérbios e entre verbos (pretéritos, conjuntivos, condicional).

3- Necessidades de identificação de respostas mais eficazes, sentidas em diferentes IES portuguesas (ESE/IPS, UAveiro, UALG, ISCTE-IUL), face aos estudantes falantes nativos de variedades diferentes do português.

Aqui, parece-nos prioritário identificar biografias escolares, trabalho que implica reconhecer a necessidade de participação ativa dos estudantes enquanto sujeitos da investigação e das medidas de intervenção a desenvolver. Falamos de uma partilha que implica discutir com todos os implicados, e com os estudantes em particular, sobre o papel da língua como fator facilitador ou limitador da comunicação e integração destes nas IES portuguesas. Complementarmente, prevê-se ainda a produção de um guião com materiais aplicáveis nas IES portuguesas, a criação de uma bolsa de estudantes-mediadores (a desenvolver numa fase posterior, a partir dos estudantes participantes na oficina); uma antologia de biografias escolares de estudantes participantes – que servirá um duplo intuito: enquanto produto de diagnóstico de necessidades mais detalhado, e como publicação autónoma à formação; uma brochura informativa com orientações pedagógicas, direcionada a professores do ES português, acerca da diversidade linguística e das variantes do português, e de outras particularidades linguísticas relevantes para o ensino de estudantes oriundos dos PALOP.

Após a conclusão deste projeto, espera-se que os estudantes se revelem capazes de: a) produzir e compreender discursos orais e escritos no registo académico do português europeu; b) analisar as

particularidades da língua portuguesa para fins académicos, na sua variante europeia; c) refletir criticamente, através do contraste linguístico, sobre transferências entre variantes do português; d) comunicar fluentemente em português europeu de modo a otimizar a sua integração social, cultural e académica. Simultaneamente, espera-se também, avaliar o impacto da formação, analisando a evolução dos estudantes a dois níveis. Por um lado, em termos de proficiência na língua portuguesa (oral e escrita), por outro, relativamente às representações destes sobre as suas próprias competências na língua para fins académicos. Para este efeito, aplicar-se-ão materiais de avaliação, de forma periódica (no início e no final da formação), a um grupo experimental e a outro de controlo.

EM GUIA DE CONCLUSÃO

Desde 1975 e, em particular a partir dos anos 1990, o número de estudantes de IES portuguesas oriundas dos PALOP tem registado um crescimento constante. Trata-se de estudantes fluentes em português, mas não no português europeu usado nas IES de acolhimento. Esta situação provoca, em muitos casos, incompreensões inesperadas e/ou ignoradas entre os estudantes africanos e os restantes membros da comunidade académica, que dificultam a inclusão e o sucesso daqueles. Paradoxalmente, a *vantagem da língua*, importante para a atração de estudantes da CPLP, parece conter em si obstáculos significativos sobre os quais importa conhecer e agir em conformidade.

O projeto do ISCTE-IUL, em parceria com o CELGA-ILTEC, pretende contribuir para atenuar a incompreensão entre estudantes fluentes em diferentes variantes do português e assim potenciar o sucesso das aprendizagens e a integração dos estudantes africanos na comunidade académica. O projeto inclui cinco produtos distintos: uma oficina de português académico para estudantes dos PALOP, do ISCTE-IUL; um guião dos materiais desenvolvidos e testados durante a oficina, aplicável noutras IES portuguesas; uma antologia de biografias escolares dos estudantes participantes; uma brochura informativa com orientações pedagógicas, para professores do ES português; e uma bolsa de estudantes-mediadores constituída por formandos da oficina. Concluimos ainda com a constatação, ao longo do tempo de auscultação que temos levado a cabo, da relevância da participação de todos os interessados neste tipo de medidas: os alunos, seus colegas, professores e outros atores institucionais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, A. F., QUINTAS, H., GONÇALVES, T. (2016), Estudantes não-tradicionais no ensino superior: barreiras à aprendizagem e na inserção profissional, in **Laplage em Revista** (Sorocaba), vol.2, n.1, 97-111
- ALVES, E. (2015), **Estudantes Internacionais no Ensino Superior Português: Motivações, Expectativas, Acolhimento e Desempenho**, Dissertação de Mestrado em Educação e Sociedade ISCTE-IUL, OM 46, ACM, 79 pp.
- ANÇÃ, H. (2013). Saberes Vulgares de Africanos sobre a Língua Portuguesa: Um Contributo para o Português Língua Não Materna. In BIZARRO, ROSA, et al (coord.). **Português Língua Não Materna: Investigação e Ensino**. Lisboa: Lidel. pp. 82-91.
- CAMEIA, D.R.T.D. (2013). **Desenvolvimento da Competência Lexical na Aprendizagem da Língua Portuguesa. Um estudo com estudantes angolanos**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Perturbações da Linguagem na Criança. Setúbal: ESS-IPS / FCSH-UNL [policopiado].
- EUROPEAN COMMISSION (2015). **Erasmus + Programme Guide**, version 1 (2016). Bruxelas: Comissão Europeia.

- DUARTE, J., et al (2013). Bilinguismo e Educação: Um Novo Currículo para a Formação de Professores. In BIZARRO, Rosa, et al. (coord.). **Português Língua Não Materna: Investigação e Ensino**. Lisboa: Lidel. pp. 112-128.
- GONÇALVES, P. (2007). Pesquisa linguística e ensino do Português L2: Potencialidades das taxonomias de erros. In **Revista de Estudos Linguísticos da Universidade do Porto**, vol. 2. Porto: Universidade do Porto. pp. 61-76.
- GONÇALVES, P. (org.) (2010). **O Português Escrito por Estudantes Universitários**: Descrição Linguística e Estratégias Didáticas. Maputo: Texto Editores Moçambique.
- GONÇALVES, P. (2013). O Português em África. Raposo, E.B.P., et al. (orgs.). **Gramática do Português**. Lisboa: F. C. Gulbenkian. pp. 157-178.
- GORDON Jr., RAYMOND G. (ed) (2005). **Ethnologue. Languages of the World. Fifteenth Edition**. Dallas, Texas: SIL International. [parcialmente disponível em www.ethnologue.com].
- HAGEMEIJER, T. (2016). O português em contacto em África. In MARTINS, A.M., CARRILHO, E. (eds). **Manual de Linguística Portuguesa**. Berlim: Mouton de Gruyter. pp.43 - 67.
- INVERNO, Liliana (2009). A transição de Angola para o português vernáculo: estudo morfossintático do sintagma nominal. In CARVALHO, A. (coord.). **Línguas em Contacto**. Madrid / Frankfurt: Iberoamericana / Vervuert. pp. 87-106.
- LOURENÇO, C., FERREIRA, E., CRUZ, E., CEITA, V. (1997). **7 Vozes. Léxico Coloquial do Português Luso-Afro-Brasileiro**. Lisboa: Lidel.
- NGUNGA, A. (2004). **Introdução à Linguística Bantu**. Maputo: Imprensa Universitária.
- OLIVEIRA, I., RAMOS, M., FERREIRA, A., GASPAR, S. (2015), Estudantes estrangeiros em Portugal: evolução e dinâmicas recentes (2005/6 a 2012/13), in **Revista de Estudos Demográficos**, INED
- MATIAS, A.R. (2016, comunicação) “Trovoada de Ideias 2016: Necessidades Linguísticas dos Estudantes dos PALOP no Ensino Superior Português”, in Semi-plenário: **Mobilidades, identidades e conflitos, IX Congresso Português de Sociologia -- Portugal, Território de Territórios**, 6 a 8 de julho 2016, Universidade do Algarve, Faro.
- PETTER, M.M.T. (2008). Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas. In **Papia – Revista de Crioulos de Base Ibérica**. Brasília: Universidade de Brasília. pp. 9-19.
- PINTO, P.F. (2010). **O Essencial sobre Política de Língua**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda
- PINTO, P.F. (2013). Intervenção não-formal de inclusão de estudantes angolanos: novos desafios, novas realidades, novas respostas, **Revista Mediações** - Vol. 2, No. 1, pp.45-63
- ROCHA, E.S. (2012). **Avaliação dos processos de integração dos estudantes provenientes dos Países Africanos de Língua oficial Portuguesa no ISCTE-IUL** mestrado em Ciências da comunicação, ISCTE-IUL
- SEABRA, T., ROLDÃO, C., MATEUS, S., ALBUQUERQUE, A. (2016), **Caminhos escolares de jovens africanos (PALOP) que acedem ao ensino superior**, OM 57, ACM